

CONVITE

PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA AQUISIÇÃO, TRANSPORTE E MONTAGEM COM FIXAÇÃO DE DOIS MARCADORES ELETRONICOS MULTIDESPORTIVOS, A INSTALAR NO PAVILHÃO MUNICIPAL DE ANADIA E NO PAVILHÃO DESPORTIVO DE SANGALHOS

(Nos termos do Código dos Contratos Públicos – CCP, aprovado em anexo ao Decreto-lei nº18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação)

INDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO
2. ENTIDADE ADJUDICANTE E CONSULTA DO PROCESSO
3. DECISÃO DE CONTRATAR
4. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO
5. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS
6. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA
7. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
8. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES
9. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DEMAIS DOCUMENTOS
10. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS
11. AUDIÊNCIA PRÉVIA
12. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA
13. CAUÇÃO
14. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
15. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO
16. DESPESAS E ENCARGOS
17. PROTEÇÃO DE DADOS
18. PREVALÊNCIA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
19. ANEXOS

No uso da competência própria estabelecida na alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-lei n.º 197/99 de 08 de Junho e nos termos do artigo 115º e alínea c) do nº 1 do artigo 20º, do Código dos Contratos Públicos, CCP, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação e ainda pelo disposto na Portaria 372/2017, de 14 de Dezembro, V. Ex.^a é convidada a apresentar proposta para a aquisição dos bens, de acordo com o definido no caderno de encargos e nas seguintes condições:

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

O presente procedimento rege-se pelo estabelecido no Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, designado doravante por CCP, e tem como objeto a aquisição, transporte e montagem com fixação de dois marcadores eletrónicos multidesportivos, a instalar no Pavilhão Municipal de Anadia e no Pavilhão Desportivo de Sangalhos, de acordo com as especificações constantes no caderno de encargos.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E CONSULTA DO PROCESSO

- 2.1.** A entidade pública contratante é o Município de Anadia, NIF 501 294 163, com sede no Largo do Município, 3780-215 ANADIA, com o telefone geral 231510730 e correio eletrónico: geral@cm-anadia.pt
- 2.2.** Os documentos que constituem o processo de concurso, convite e caderno de encargos, encontram-se na Seção de Contratação Pública de Bens e Serviços, sito no Edifício dos Paços do Município, localizado no endereço indicado em 2.1. e encontram-se disponíveis para consulta no horário de expediente (08h30 às 12h30 e 14h00 às 17h00), desde a data do envio do convite até ao dia da entrega das propostas.
- 2.3.** O presente procedimento estará integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo Município de Anadia ACINGOV – SCIN ICLOUD SOLUTIONS LDA com o seguinte endereço eletrónico: <http://www.acin.pt> – nº 1, artigo 62º do CCP.

3. DECISÃO DE CONTRATAR

- 3.1.** A decisão de contratar e de autorização da despesa é da competência da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal ao abrigo do disposto na alínea f) e alínea g), do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 18.º, n.º 1, alínea a) do D.L. 197/99, de 08 de junho, aplicável por força do disposto no n.º 1 do artigo 36º, do D.L. 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação que também aprova os documentos que constituem o processo de concurso, convite e caderno de encargos, conforme se encontra disposto no artigo 40º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, CCP e na já referida alínea f) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

A escolha deste procedimento de consulta prévia é fundamentada com base e ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20º do CCP - alínea c) n.º 1, artigo 115º do CCP.

5. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

- 5.1.** Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento sobre quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas em concurso e a lista de erros e omissões das peças do procedimento detetados pelos concorrentes devem ser apresentados, na referida plataforma eletrónica, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, à entidade pública contratante referida no número 2.1 e dirigidos ao órgão competente para a decisão de contratar, indicado no ponto 3.1, do presente convite- n.º 1 e n.º 3 do artigo 50º do CCP.
- 5.2.** Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento sobre quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas em concurso são da competência do júri, conforme despacho da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal, datado de 28 de fevereiro de 2025 e serão dados, também por meio eletrónico, na referida plataforma eletrónica, até ao dia anterior ao termo do prazo para a apresentação das propostas - artigo 109º, artigo 116º e alínea a) do n.º 5 do artigo 50º, todos do CCP.

- 5.3. Os esclarecimentos e as rectificações devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica referida no ponto 2.3 e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto - nº 8, do artigo 50º do CCP.

6. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

- 6.1. A proposta manifesta a vontade do concorrente contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo e com base no disposto no artigo 57º do Código dos Contratos Públicos, CCP, aprovado em anexo ao Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação, deverá ser instruída pelos seguintes documentos:
- 6.1.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do “ANEXO I” ao Código dos Contratos Públicos CCP, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, conforme se encontra disposto no nº 1 e no nº 4 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, CCP;
- 6.1.2 Certidão Permanente atualizada.
- 6.1.3. Documento (Proposta Documental) devendo conter expressamente o mencionado nas alíneas seguintes, tendo em conta o descrito no caderno de encargos, enquanto aspeto da execução do contrato submetido à concorrência, conforme se encontra disposto na alínea b) do nº 1 do at.º 57º do CCP:
- 6.1.3.1. Preço unitário/ marcador, de acordo com a cláusula 19ª (Especificações técnicas dos marcadores eletrónicos multidesportivos), do caderno de encargos;
- 6.1.3.2. Preço global da proposta. O preço global da proposta será expresso em algarismos e por extenso, em euros, e não incluirá o IVA, devendo referir a taxa legal aplicável.
- 6.2. Todos os preços constantes da proposta deverão ser apresentados até duas casas decimais.
- 6.3. As propostas e os documentos que as constituem são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa - n.º 1 do artigo 58.º do CCP.
- 6.3. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
- 6.4. **Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura electrónica**

qualificada, conforme se encontra disposto no artigo 54º da Lei nº 96/2015 de 17 de agosto.

- 6.5** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante (procuração) - nº 7 do artigo 54º da Lei nº 96/2015 de 17 de agosto.

7. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas e os documentos da proposta deverão ser entregues na plataforma eletrónica anteriormente mencionada, até às 18:00 horas do 6º (sexto) dia contados a partir da data de envio do convite para a plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo Município de Anadia, ACINGOV - SCIN ICLOUD SOLUTIONS LDA com o seguinte endereço eletrónico: <http://www.acin.> - alínea f) do nº 1 do artigo 115º do CCP.

8. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não são aceites propostas variantes nem propostas que envolvam alterações de cláusulas do caderno de encargos ou do convite - nº 2 do artigo 59º do CCP.

9. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DEMAIS DOCUMENTOS

A proposta, bem como os documentos solicitados, serão apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo Município de Anadia, ACINGOV - SCIN ICLOUD SOLUTIONS LDA com o seguinte endereço eletrónico: <http://www.acin.pt> - nº 1 do artigo 62º do CCP, ou quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado na plataforma, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o estipulado no nº 5 do artigo 62º do CCP.

10. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta, por um prazo de 66 dias contados a partir da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas - artigo 65º do Código dos Contratos Públicos CCP.

11. AUDIÊNCIA PRÉVIA

Antes de ser proferida decisão sobre a adjudicação, o júri, após elaborar um relatório preliminar fundamentado – artigo 122º do CCP, no qual é proposto a ordenação das propostas, envia-o aos concorrentes para que no prazo de 3 (três) dias se pronunciarem, por escrito, ao abrigo da audiência prévia - artigo 123º do Código dos Contratos Públicos CCP, exceto se verificar a situação prevista no nº 1 e nº 2 do artigo 125º do referido código. Após cumprido o anteriormente disposto o júri elaborará um relatório final fundamentado, no qual são ponderadas as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo da audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, que submeterá ao órgão competente para a decisão de contratar – nº 3 do artigo 124º do CCP. Caso se verifique a situação atrás referida e prevista no nº 1 do artigo 125º do CCP – apresentação de uma única proposta, os serviços do Departamento de Coesão Social, elaborarão um projeto da decisão de adjudicação que submeterão ao órgão competente para a decisão de contratar, não havendo lugar à fase da audiência prévia escrita do concorrente, em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 125º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

12. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação – alínea a) do nº 2 do artigo 115º do CCP.

13. CAUÇÃO

Não será exigida a prestação de caução com base no disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 88º do CCP.

14. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. Ao adjudicatário, com base no descrito na alínea j) do artigo 115º do CCP, será concedido o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da notificação da decisão de adjudicação, para, nos termos artigo 81º do CCP, e do artigo 2º da portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro, fazer a apresentação dos seguintes documentos de habilitação:

14.1.1 Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do “ANEXO II” CCP;

- 14.1.2** Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e h) do nº 1 do artigo 55º do CCP, (certificados de registo criminal da pessoa colectiva, certificados de registo criminal dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência, certidão comprovativa da situação regularizada com a Segurança Social e certidão comprovativa da situação regularizada com o Estado Português relativamente a impostos-Finanças);
- 14.2.** Comprovativo de Registo Central do Beneficiário Efetivo;
- 14.3.** O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação descritos no ponto anterior e referidos no artigo 81º do CCP, através da plataforma electrónica referenciada no ponto 2.3 deste convite e utilizada pelo Município de Anadia.
- 14.4.** Todos os documentos de habilitação são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa – nº 1 do artigo 4º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro;
- 14.5.** O adjudicatário pode, em substituição da reprodução dos documentos referida no número anterior, indicar o sitio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como, a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sitio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa – nº 2 do artigo 5º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro;
- 14.6.** Poderá ainda o adjudicatário prestar consentimento, nos termos da lei, para consulta da informação relativa a qualquer destes documentos – nº 3 do artigo 5º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro;
- 14.7.** Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados que determine a caducidade da adjudicação nos termos do nº 1 do artigo 86º do CCP será:
- 14.7.1** Concedido um prazo de 3 (três) dias para, no âmbito da audiência prévia, o concorrente se pronunciar, por escrito, relativamente às irregularidades detectadas - nº 2 do artigo 86º do CCP;
- 14.7.2** Caso as irregularidades verificadas se devam a facto não imputável ao adjudicatário, será concedido um prazo de 2 (dois) dias, para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação - nº 3 do artigo 86º, do Código dos Contratos Públicos (CCP).

15. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

- 15.1.** A adjudicação será efectuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade “Monofator”, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço – alínea b), nº 1, artigo 74º do CCP.
- 15.2.** O júri apreciará as propostas admitidas a concurso, podendo, para o efeito, solicitar, por escrito, esclarecimentos complementares que tiver por convenientes sobre aspectos das propostas, obrigando-se os concorrentes a fornecê-los no prazo previamente fixado – artigo 72º do CCP.
- 15.3.** As propostas admitidas serão analisadas por um júri, designado pelo órgão competente para o efeito – nº 1, artigo 67º do CCP, que, no prazo de 3 (três) dias – artigo 122º do CCP, após a análise das versões iniciais e finais das mesmas e após a aplicação do critério de adjudicação, elaborará um relatório preliminar fundamentado no qual além de propor a ordenação das mesmas, deve constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72º do CCP.
- 15.4.** O fator de desempate, é definido nos termos da alínea c), do nº 5, do artº 74 do CCP, será efetuado na sequência de sorteio, a realizar em sessão pública, da qual será lavrada ata e para a qual todos os interessados serão convocados. A ordenação das propostas empatadas será fixada pela ordem de extração.

16. DESPESAS E ENCARGOS

São da responsabilidade do adjudicatário as despesas e os encargos inerentes à elaboração da proposta, assim como todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja atribuída ao Município de Anadia.

17. PROTEÇÃO DADOS

O tratamento de dados pessoais obedecerá ao disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), sendo os mesmos utilizados exclusivamente para os fins decorrentes do contrato associado ao presente procedimento

18. PREVALÊNCIA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Nos termos do artigo 51.º do CCP, em tudo o que não estiver expresso neste convite e em caso de contradição do mesmo com as normas do Código dos Contratos Públicos (CCP), prevalecerá sempre o disposto no Código da Contratação Pública (CCP) aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na atual redação e pelo disposto na Portaria 372/2017, de 14 de Dezembro e da Lei n.º 96/2015 de 17 de Agosto.

19. ANEXOS

ANEXO I

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º